

HABEAS CORPUS Nº 517.041 - RJ (2019/0179713-7)

RELATOR : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**
IMPETRANTE : **MARCOS VIDIGAL DE FREITAS CRISSIUMA E OUTRO**
ADVOGADOS : **MARCOS VIDIGAL DE FREITAS CRISSIUMA - RJ130730**
MARCIO LOPES DE FREITAS FILHO - DF029181
RENATO FERREIRA MOURA FRANCO - DF035464
HENRIQUE CAIO MADEIRA BIAZ - RJ182610
CAROLINE MARIA VIEIRA LACERDA - DF042238
THAIS DINIZ COELHO DE SOUZA - DF040974
JOSE EDUARDO MARTINS CARDOZO - SP067219
FELIPE AUGUSTO DAMACENO DE OLIVEIRA - DF059848
MAYRA JARDIM MARTINS CARDOZO - DF059414
LUCAS TAKAMATSU GALLI - RJ223049
IMPETRADO : **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO**
PACIENTE : **JOSE ANTONIO WERMELINGER MACHADO (PRESO)**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

DECISÃO

1. Trata-se de **habeas corpus** substitutivo de recurso ordinário, com pedido liminar, impetrado em favor de **JOSÉ ANTÔNIO WERMELINGER MACHADO**, contra v. acórdão prolatado pelo e. Tribunal Regional Federal da 2ª Região, nos autos do HC n. 0001104-68.2019.4.02.0000/RJ, o qual, por maioria, denegou a ordem pleiteada, mantendo a prisão preventiva do paciente.

Em decisão monocrática de fls. 7.214-7.246, esta Relatoria não conheceu da impetração, por não vislumbrar constrangimento ilegal na decisão impugnada.

Contra esse **decisum**, a Defesa interpôs agravo regimental (fls. 7.249-7.272), requerendo a reconsideração da decisão agravada ou o provimento do recurso para revogar a segregação cautelar imposta ao paciente.

É o relatório. **Decido.**

2. Em consulta aos autos do **Habeas Corpus n. 0003825-90.2019.4.02.0000/RJ**, verifica-se que a 1ª Turma Especializada do e. Tribunal Regional Federal da 2ª Região, em sessão realizada em 13/11/2019, concedeu a ordem pleiteada pelos impetrantes para revogar a prisão preventiva do ora paciente. Por oportuno, cite-se a ementa do acórdão do julgamento, extraída do sítio eletrônico da e. Corte Federal, **in verbis** (fls. 7.273-7.274 daqueles autos):

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. OPERAÇÃO FURNA DA ONÇA. PRISÃO PREVENTIVA. INDÍCIOS DE PARTICIPAÇÃO NO ESQUEMA DE LOTEAMENTO DE CARGOS PÚBLICOS, NO RECEBIMENTO DE VALORES ESPÚRIOS DESTINADOS A DEPUTADO ESTADUAL E NA OCULTAÇÃO DE PATRIMÔNIO DO PARLAMENTAR. SUPERVENIÊNCIA DE FATO RELEVANTE PARA ANÁLISE DA NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO DA CUSTÓDIA PREVENTIVA IMPOSTA AO PACIENTE: SOLTURA DO DEPUTADO ESTADUAL DE QUEM AQUELE ERA CHEFE DE GABINETE. INCOERÊNCIA, INADEQUAÇÃO E INJUSTIÇA DA MEDIDA EXTREMA. TRATAMENTO DESIGUAL INJUSTIFICADO. ORDEM CONCEDIDA.

I- A ordem de Habeas Corpus nº 0001104-68.2019.4.02.0000, impetrada em favor do ora paciente, foi denegada pela maioria dos membros desta eg. Primeira Turma Especializada. Naquela ocasião entendeu-se pela presença de indícios robustos de que o paciente tem participação nos fatos que lhe são imputados, na medida em que funcionou, em tese, como intermediário no recebimento de valores recebidos supostamente a título de propina pelo Deputado Estadual André Corrêa.

II- A segregação cautelar foi mantida para assegurar a ordem pública, em razão da gravidade concreta dos fatos – indícios de participação no maior esquema de corrupção de que se teve notícia no Estado do Rio de Janeiro – e para resguardar a instrução criminal, uma vez que o modus operandi dos delitos imputados ao paciente estava a indicar grande possibilidade de serem criados obstáculos para identificação do verdadeiro montante supostamente arrecadado pelo Parlamentar e, conseqüentemente, dificuldade na recuperação da quantia pelos cofres públicos.

III- Há um fato superveniente de grande relevância para a análise da necessidade e adequação da custódia imposta

ao paciente, qual seja, a soltura do Deputado Estadual André Corrêa, de quem o mesmo era Chefe de Gabinete e está sendo apontado como seu operador financeiro.

IV- Como bem pontuado pelo Ministério Público Federal em seu parecer, a soltura dos chefes e a manutenção dos subordinados na prisão se afigura uma situação absolutamente incoerente, inadequada, e acima de tudo, injusta.

V- Muito embora a liberdade dos Deputados tenha sido determinada pela ALERJ, em razão de a eminente Ministra Carmem Lúcia ter decidido nos autos da Reclamação nº 32.540/RJ que as imunidades formais previstas no art. 53, da Constituição Federal são extensivas aos Deputados Estaduais, o exercício daquele cargo não pode servir também para privilegiá-los em detrimento dos demais corréus no que concerne à adequação e necessidade da custódia preventiva, se as imputações feitas a ambos derivam dos mesmos fatos.

VI- No entanto, diferente do entendimento do Parquet Federal, não há motivos para que a liberdade do paciente não seja plena, tal qual a deu seu ex-chefe, o Deputado Estadual André Corrêa. A manutenção do paciente em regime domiciliar encerra um tratamento desigual, sem justificativas plausíveis, ao conferido àquele parlamentar.

VII- Concessão da ordem." (fls. 7.273-7.274 daqueles autos).

Por conseguinte, conclui-se estar prejudicada a presente impetração, tendo em vista que a tutela requerida pelos impetrantes restringiu-se à revogação da prisão preventiva.

3. Ante o exposto, com fulcro no art. 34, XX, do RISTJ, *julgo prejudicado o habeas corpus e, consequentemente, o agravo regimental interposto às fls. 7.249-7.272.*

P. e I.

Brasília (DF), 23 de março de 2020.

MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO
(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)

Relator